

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO: AS EXPERIÊNCIAS NA UHE BARRA GRANDE E NA LT JOINVILLE - SÃO FRANCISCO DO SUL

HERBERTS, Ana Lucia Herberts
Scientia Ambiental
analh@terra.com.br

Palavras-chaves: Educação Patrimonial, arqueologia de contrato, estudo de caso

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama sobre como se encontra atualmente a realização de programas educativos vinculados aos projetos da arqueologia de contrato, baseando-se na legislação vigente sobre o assunto, na bibliografia existente e na apresentação de dois casos onde foram realizados projetos de Educação Patrimonial pela empresa Scientia Ambiental: na UHE Barra Grande e na LT Joinville - São Francisco do Sul, ambos em Santa Catarina.

A importância de programas educativos

Apesar dos avanços da arqueologia no Brasil, permanece ainda a escassez de programas educativos vinculados ao desenvolvimento de projetos arqueológicos em áreas de pesquisas específicas, seja em projetos acadêmicos ou de cunho contratual.

Felizmente, existem iniciativas, ainda que pequenas e pontuais, de projetos educativos, mas que são extremamente necessárias e importantes por várias razões, dentre as quais destacam-se:

a) Exigência da legislação vigente, que prevê em seus dispositivos a realização de ações com fins científicos, culturais e educativos, inclusive nos trabalhos de licenciamentos arqueológicos de contrato. Neste sentido, as exigências encontram-se amparadas legalmente pela Portaria nº 07/1988 e, recentemente, pela Portaria nº 230/2002, além de recomendações internacionais, tais como a Carta de Lausanne (1990).

b) A outra razão está pautada no papel social da arqueologia, onde o pesquisador deve estar comprometido com a socialização das informações geradas pela pesquisa, apresentando os seus resultados à comunidade.

Neste sentido, a arqueologia tem um papel público, pois “vinculada a um projeto educativo, constitui-se num importante suporte de divulgação do patrimônio arqueológico, seja pré-histórico ou histórico” (Farias, 2000, p. 83).

As pesquisas arqueológicas devem estar comprometidas com ações sociais de devolução do conhecimento à sociedade civil brasileira, isto é, “toda e qualquer forma que almeje a preservação do patrimônio cultural deve ser considerada válida (...) como o desenvolvimento de ações educativas, formais e informais, voltadas à comunidade civil leiga, principalmente àquelas localizadas nas circunvizinhanças das próprias áreas de pesquisas científicas” (Fortuna et alli, 2001, p. 133).

Da mesma forma, pesquisadores de países vizinhos, como o Uruguai (Castiñera; Cavellini) e Argentina (Almirón et al; Cohen et al; Gómez; Missetich & Moore), estão refletindo sobre questões referentes ao compromisso social da arqueologia. Segundo Cohen e outros (2001):

Con esto no estamos diciendo que consideramos que la

difusión general del conocimiento a la comunidad sea un trabajo "extra" que debemos anexas a nuestra investigación científica, sino que esta tarea debe integrarse y formar parte activa entre los principales resultados de nuestra labor. Estamos completamente convencidas de que la arqueología es un producto de conocimiento social que puede, y debe, trascender más allá de los congresos de "ólogos" y especialistas, siendo, de una u otra manera, un servicio para la gente.

(...)

Queremos además destacar la necesidad urgente de asumir el compromiso social y colectivo, por parte de la comunidad de especialistas y científicos, de que nuestros resultados trasciendan el ámbito académico específico.

c) Outra questão de suma importância é a do desenvolvimento de uma consciência preservadora, que passa essencialmente pelo conhecimento do patrimônio, da importância do mesmo e da sua significância, pois “Conhecer é preservar. E só se preserva o que se conhece!”.

Neste sentido, Demartini (1996, p. 239) destaca o papel do arqueólogo e de propostas educativas para a preservação do patrimônio cultural:

O desconhecimento da comunidade (...) frente ao seu patrimônio, requer o desenvolvimento de outros níveis de preparação para suprir o aspecto informativo. Este deverá ser integrado a um processo formativo, que visa além da ampliação do repertório de conhecimento, a reflexão sobre as questões patrimoniais e ambientais, (...).

Através de uma estrutura dinâmica, o arqueólogo, enquanto educador, se coloca de forma a intermediar e facilitar este contato, inserindo o acervo como um recurso didático a ser utilizado. Dentro desta perspectiva, podem ser elaborados projetos específicos (...), que permitam o conhecimento e a valorização do patrimônio, garantindo através de propostas educacionais, o envolvimento da comunidade na sua preservação.

Da mesma forma, Landa (1996, p. 1) aponta a relação entre o trabalho do arqueólogo e a preservação do patrimônio arqueológico, através da Educação Patrimonial:

O trabalho do arqueólogo deve estar relacionado de maneira bastante intensa com atividades de educação patrimonial, pois somente na medida em que se conhece o passado, mesmo parcial e fragmentado, é que se pode preservar os bens culturais remanescentes dos que habitaram em época anterior, e que se constituem no patrimônio da comunidade seja um pequeno fragmento arqueológico como um monumento de grandes proporções).

A preservação do patrimônio arqueológico, como o caso dos vestígios materiais “in loco”, está vinculada ao reconhecimento do mesmo pela comunidade local. É necessário buscar vínculos afetivos de pertencimento do patrimônio pela comunidade, incentivando esta “apropriação do saber”.

Aportes legais para programas educativos

Os aportes legais que corroboram a realização de programas educativos a partir de pesquisas arqueológicas estão pautados na legislação vigente, principalmente pela Portaria nº 07/1988 e Portaria nº 230/2002, além de documentos internacionais, como a Carta de Lausanne (1990).

A **Portaria nº 07**, de 01 de dezembro de 1998, estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos. No seu art. 5º-IV, alíneas 5-6, a Portaria determina que o plano de trabalho científico contenha “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais” e “meios de divulgação das informações científicas obtidas”.

No seu art. 6º, parágrafo único, a Portaria diz que a decisão para pedidos de permissão e autorização caberá ao IPHAN, que “considerará os critérios adotados para a valorização do sítio arqueológico e de todos os elementos que nele se encontrem do seu potencial científico, cultural e educacional”.

No art. 11-II e VII, designa que os relatórios técnicos devem ser entregues ao IPHAN acompanhados das seguintes informações:

*II – meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para a proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e **como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico, cultural e educacional;***

(...)

*VII – indicação dos **meios de divulgação dos resultados***
[sem grifo no original].

A **Portaria nº 230**, de 17 de dezembro de 2002, estabelece os procedimentos necessários para obtenção das licenças ambientais, em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país. No art. 6º, relativo à fase de obtenção da licença de operação, no que concerne ao parágrafo 7º, resolve que:

*O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, **em todas as suas fases**, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como **programa de Educação Patrimonial**), os quais deverão **estar previstos nos contratos** entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termo de orçamento quanto de cronograma* [sem grifo no original].

Esta portaria exige, conforme o citado no art.6º, parágrafo 7º, a execução de programas de Educação Patrimonial em todas as fases do licenciamento ambiental, devendo constar os custos e os prazos estabelecidos em contrato.

A **Carta de Lausanne** (1990), documento para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, em seu art. 7º, trata da apresentação, informação e reconstrução:

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo ascender ao

conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio.

A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente do conhecimento científico, devendo ser atualizada freqüentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens.

Arqueologia de contrato: experiências educativas

As experiências adquiridas nos últimos dois anos com a realização de programas educativos são baseados em dois projetos de pesquisas arqueológicas por contrato executados pela Scientia Ambiental: a UHE Barra Grande e a LT Joinville - São Francisco do Sul.

É importante salientar que estes projetos se caracterizam por fases de licenciamento ambiental distintas: o primeiro foi desenvolvido durante o resgate arqueológico para obtenção da Licença de Operação (LO); o segundo, na fase de levantamento arqueológico para obtenção da Licença de Instalação (LI).

O *Subprojeto de Valorização do Patrimônio Cultural: uma proposta para UHE Barra Grande*, vinculado ao *Projeto de Levantamento Arqueológico na área de Inundação e Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras da UHE Barra Grande, SC/RS* foi realizado durante os anos de 2001/2002, com duração de 15 meses, abrangendo nove municípios situados no planalto serrano dos estados de Santa Catarina (Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages) e Rio Grande do Sul (Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus), impactados pela instalação da usina. Desenvolveram-se duas propostas de atividades: o Estudo de Percepção do Patrimônio Cultural junto às comunidades locais e as Oficinas de Educação Patrimonial (Herberts, 2003a).

O Estudo de Percepção do Patrimônio Cultural, que foi realizado junto às comunidades locais, objetivou saber se o patrimônio cultural local é espontaneamente identificado pela população regional e, em caso afirmativo, se é valorizado de modo positivo ou negativo. A aplicação da metodologia deste estudo contou com a assessoria do sociólogo Carlos Eduardo Caldarelli.

As Oficinas de Educação Patrimonial foram desenvolvidas dentro do contexto arqueológico do referido projeto, durante o segundo semestre do ano de 2002. Estas foram dirigidas aos professores do ensino fundamental e médio da rede escolar pública, municipal e estadual, prioritariamente a docentes da área de estudos sociais e aos funcionários atuantes em órgãos de educação e cultura, tais como museus, casas de cultura, e secretarias.

A partir do levantamento do universo escolar dos municípios abrangidos pelo empreendimento, contabilizando o número de escolas, professores e alunos em cada município, foi planejado o calendário de atividades, definindo-se o número de vagas e verificando-se a infra-estrutura para a realização das oficinas, além de apresentar o projeto aos prefeitos e secretários de educação. Através deste contato, estabeleceram-se parcerias com as prefeituras municipais para realização das oficinas, obtendo-se apoio na infra-estrutura (local, recursos audiovisuais), transporte e auxílio na alimentação dos participantes.

As Oficinas de Educação Patrimonial foram planejadas e distribuídas em quatro módulos temáticos: I) Valorização do Patrimônio Cultural; II) Introdução à Arqueologia; III) Arqueologia Pré-histórica regional e IV) Arqueologia Histórica e Legislação de Proteção do Patrimônio Arqueológico. Os ministrantes foram pesquisadores envolvidos no próprio projeto e/ou especialistas nas temáticas desenvolvidas.

Foram realizados quatro encontros em cada estado, agrupando os participantes de cada encontro em um município. Desta forma, os participantes conheceram a realidade e o patrimônio cultural de cada local, muitas vezes completamente desconhecido. A carga horária estabelecida foi de 32 horas, sendo seis em sala de aula e duas horas em atividades extra-classe. Foram oferecidas 50 vagas para cada estado, distribuídas proporcionalmente para cada município segundo o número total de professores.

As oficinas propiciaram a capacitação de aproximadamente 100 professores, oferecendo subsídios sobre o patrimônio cultural regional para exploração e a utilização no processo de ensino/aprendizagem. Através da realização de atividades criativas práticas, instrumentalizaram-se os professores para a difusão e a implantação da metodologia de educação patrimonial em sala de aula. Os ministrantes das oficinas, pesquisadores envolvidos com a execução da pesquisa arqueológica, buscaram divulgar e socializar o conhecimento proporcionado pela pesquisa arqueológica no empreendimento.

O *Subprojeto de Educação Patrimonial*, executado na vigência do *Projeto de Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão de 230kv Joinville-São Francisco do Sul, SC*, foi fruto da exigência do IPHAN, após embargo extrajudicial aplicado ao empreendimento, devido ao início das obras antes da devida aprovação dos procedimentos arqueológicos. O projeto caracterizou-se por ser uma proposta de curta duração (6 meses), adequando-se ao cronograma físico-financeiro do projeto, abrangendo três municípios situados no litoral norte catarinense (Araquari, Joinville e São Francisco do Sul). Como atividades, foram realizadas oficinas de Introdução à Arqueologia para professores, apresentações temáticas dirigidas às crianças e elaboração de dois livros educativos, sendo um “gibi” para as crianças e um livro didático para os professores (Herberts, 2003b?).

A partir do *Projeto Casa Aberta Itinerante – PCAI*, desenvolvido pela Eletrosul, voltado à educação ambiental, fez-se uma adaptação para o *Projeto Casa Aberta em Defesa do Patrimônio Arqueológico - PCADPA*, envolvido na temática do patrimônio arqueológico, com uma abordagem educativa e criativa, em prol da divulgação da importância de preservar o patrimônio arqueológico pelas crianças.

O PCADPA caracterizou-se por ser uma apresentação temática, mesclando músicas, brincadeiras, histórias e atividades lúdicas, onde o animador interagia com as crianças, de forma divertida, dentro da filosofia do projeto “brincar apreendendo e aprender brincando”. Utilizou-se a infra-estrutura básica do PCAI, realizando o assessoramento na adaptação dos conteúdos e orientação ao coordenador e executor, bem como a supervisão e acompanhamento das apresentações. Foram realizadas seis apresentações, sendo duas em cada município, envolvendo aproximadamente 1.900 crianças e 15 escolas.

Ao final das apresentações, foi distribuído aos alunos o material didático de apoio intitulado “*Arqueologia: uma viagem ao passado*”. Este livrinho foi um complemento aos shows, contendo informações sobre o patrimônio

arqueológico local e, principalmente, dicas sobre a preservação do mesmo. As Oficinas de Introdução à Arqueologia foram realizadas nos três municípios, sendo disponibilizadas 50 vagas em cada, com carga horária de 8 h/aula. Caracterizaram-se pela realização de um encontro em cada município com dois módulos, sendo um teórico e outro prático (saída de campo), desenvolvido pelos educadores do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ.

O livro “*Patrimônio Arqueológico: para conhecer e preservar*” é um material didático dirigido aos professores dos municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul, contendo informações sobre a arqueologia regional como subsídio teórico para sala de aula. Ele foi distribuído aos participantes das oficinas e às escolas, bibliotecas e instituições culturais destes municípios.

O PCADPA propiciou o envolvimento e a sensibilização das crianças para a importância da preservação do patrimônio arqueológico, através de atividades lúdicas e criativas, que buscaram o conhecimento do patrimônio regional. O gibi “Arqueologia: uma viagem ao passado” trabalha conceitos inseridos no texto sobre o que é arqueologia e a importância da preservação dos sítios arqueológicos através das aventuras dos seus personagens, proporcionando atividades que retomam questões apresentadas na história.

As oficinas, mesmo com carga horária pequena, propiciaram a aproximadamente 150 professores a introdução sobre os conceitos básicos da arqueologia e da educação patrimonial, além de informar sobre questões relativas ao licenciamento ambiental e a necessidade da avaliação do impacto de empreendimentos sobre o patrimônio arqueológico. A cartilha desenvolvida acrescentou aos professores um universo maior de informações sobre o patrimônio arqueológico regional, trazendo leituras complementares, sugestões de atividades e pranchas de imagens selecionadas para utilização em sala de aula.

Considerações finais

A partir das experiências educativas desenvolvidas nestes projetos, pode-se apresentar algumas considerações com base nas avaliações dos mesmos:

1) Realização de oficinas para os professores: O meio empregado nos projetos foi a realização de oficinas dirigidas aos professores. Procurou-se com isso suprir muitas de suas carências na formação ou mudar a visão errônea que possuíam sobre arqueologia.

Durante a realização das oficinas, pode-se observar que muitos professores graduaram-se na área de história/estudos sociais, mas que não tiveram a disciplina de arqueologia na sua formação. Havia ainda aqueles que participavam dos programas de ensino à distancia. Ambos possuíam carência na sua formação acadêmica para o ensino dos conteúdos relacionados à arqueologia, como, por exemplo, a pré-história.

2) Material didático disponível X Realidade local: Os docentes, assim como os moradores, na maioria das vezes, desconheciam o patrimônio cultural local. Em muitos casos, sabiam até que existia, mas não sabiam o que significava. Neste sentido, observou-se que o ensino da pré-história em sala de aula está embasado, principalmente, na utilização de livros didáticos que, geralmente, não fazem referências ao patrimônio regional. Por outro lado, há a carência de material didático de apoio ou subsídios que auxiliem o professor no ensino aprendizagem, fazendo referência à pré-história do velho continente ou mesmo à norte-americana, sendo comum ilustrações dos toldos dos índios apaches.

A partir desta constatação, as oficinas se propuseram à apresentação da arqueologia enquanto ciência, que possui procedimentos e técnicas de pesquisa específicas, desmistificando a imagem romântica, normalmente veiculada nos meios de comunicação. Não se pretendeu, com as oficinas, capacitar os docentes para o exercício de pesquisas arqueológicas, mas aproximá-los do universo do arqueólogo, de modo que possam compreender a importância da arqueologia e da preservação do patrimônio arqueológico para a comunidade local, bem como respeitar o trabalho deste profissional.

O objetivo foi oferecer subsídios aos professores para o ensino em sala-de-aula, a partir do patrimônio arqueológico local, na maioria das vezes tão distante dos livros didáticos e tão desconhecido da comunidade escolar.

3) A elaboração de material didático: O material didático elaborado, tanto o gibi, quanto a cartilha e o caderno das oficinas, tinham por objetivo reforçar e aprofundar os conteúdos referentes à arqueologia regional, buscando auxiliar os professores na prática em sala de aula. A proposta da elaboração do material educativo surgiu a partir da constatação junto aos participantes das oficinas da necessidade de ter um material de apoio com os conteúdos trabalhados e os roteiros de atividades desenvolvidas ou sugeridas.

4) O Docente como multiplicador: Optou-se por trabalhar com os docentes pelo efeito multiplicador que estes possuem, pois, conforme Horta e outros (1999, p. 46), “para alcançar a multiplicação das idéias e conceitos propostos no campo da educação sobre o patrimônio cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar”.

Neste sentido, buscou-se, com as oficinas aos professores, que estes se tornem agentes multiplicadores no ensino formal, pois as crianças acabam sendo alvo, indiretamente, mas não em última instância, dos investimentos na capacitação e atualização dos professores, assim como agentes locais de proteção do patrimônio em suas comunidades.

5) A necessidade da continuidade: Avaliando a realização das oficinas, constatou-se a necessidade da continuidade dos programas educativos. Os programas realizados tiveram efeito imediatista, determinado pelas características contratuais da pesquisa arqueológica. Espera-se que as iniciativas continuem e que as parcerias estabelecidas com os órgãos municipais possam dar prosseguimento, salientando a importância de que estes também participem do processo e sejam os agentes locais de fomento para iniciativas na sua comunidade.

6) A avaliação dos resultados dos programas: A visibilidade dos resultados, que só podem ser percebidos a médio e longo prazo, é a principal limitação dos projetos executados por contrato, que possuem cronograma e orçamento conforme as características do empreendimento. Entretanto, a tomada de consciência do universo de conhecimento que a arqueologia representa e as inúmeras possibilidades de ensino como disciplina interdisciplinar em sala de aula, torna-se um impacto positivo nas oficinas. Nesse sentido, a sugestão para a possibilidade da continuação de ambos projetos é acompanhar a implantação e a utilização da metodologia de educação patrimonial em sala de aula e/ou em iniciativas na comunidade local.

As propostas de Educação Patrimonial devem estar contempladas nos projetos de pesquisas arqueológicas, procurando ser desenvolvidas “no próprio local

onde está localizado o objeto de pesquisa, para que a comunidade possa preservar e usufruir deste bem patrimonial, uma vez que inserir a atuação educacional na formação do arqueólogo, ‘inclui, (...), saber que não há trabalho arqueológico que não implique patrimônio e socialização do patrimônio e do conhecimento’” (Tamanini, 1998 in Funari, 2000: 82 apud Farias, 2000, p. 131). Cada equipe deve procurar ter um profissional preocupado e desenvolvendo programas educativos, parafraseando as palavras de Fortuna e outros, que resumem a idéia central da responsabilidade e do papel social do pesquisador:

Nos dias de hoje, consideramos indispensável que cada profissional planeje o desenvolvimento de atividades preservacionistas e de interação com a comunidade civil brasileira em suas pesquisas científicas independentemente do meio em que esteja atuando, seja ele acadêmico, governamental ou empresarial. É um papel social (e ético) que deve ser realizado e não ignorado ou colocado em um patamar secundário (Fortuna et al, 2001, p. 134).

Enquanto as propostas educativas não estiverem inseridas ou até mesmo à margem do processo, ocupando um papel secundário nos projetos arqueológicos, independentemente da forma de execução, seja acadêmica ou contratual, não haverá uma sociedade civil engajada e sensibilizada em prol da preservação do patrimônio arqueológico. Não se pode esquecer que o homem é o maior agente transformador da natureza. A interferência antrópica é a maior causadora da depredação, perturbação e perda das fontes de estudo de populações pretéritas, que são os sítios arqueológicos, recursos estes finitos e não renováveis.

Referências bibliográficas

- ALMIRÓN, J. et al. Arqueología y comunidad: construyendo ciencia para todos. In: **Educación y Antropología**. Equipo Naya, Edição em CD-ROM, 2001.
- CASTIÑERA, C.; FREGEIRO, M. I. y PINTOS, S. Taller de arqueologia en secundaria: una experiencia de diffusion. Arqueologia en el Uruguay. In: CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA URUGUAYA, 8, 1994, Maldonado. **Anais...** Maldonado: Surcos, 1995, p. 366-70.
- CAVELLINI, S. Arqueologia y Educacion: experiencias y reflexiones. In: CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA URUGUAYA, 8, 1994, Maldonado. **Anais...** Maldonado: Surcos, 1995, p. 371-7.
- COHEN, M. L. et al. Curso taller: ¿Qué es hacer arqueología?. Presentación de una experiencia educativa. In: **Educación y Antropología**. Equipo Naya, Edição em CD-ROM, 2001.
- DEMARTINI, C. M. C. Arqueologia e Comunicação: propostas educativas para a preservação do Patrimônio Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8, 1995, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 233-244.
- FARIAS, D. S. de. **Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina** (Jaguaruna, Laguna e Tubarão). Porto Alegre, 2000, 186 p. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração em Arqueologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FORTUNA, C. A.; POZZA, H. A. & CÂNDIDO, M. M. D. A arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. **Canindé. Revista do Museu de Arqueologia de Xingo**. Canindé de São Francisco: MAX /UFSE, 2001, p. 129-156.

GOMES, S. M. Taller de Arqueologia. In: **Educación y Antropología**. Equipo Naya, Edição em CD-ROM, 2001.

HERBERTS, A. L. (Org.). **Subprojeto de Valorização do Patrimônio Cultural: Relatório Final**. Florianópolis, Scientia Ambiental / BAESA, janeiro / 2003a, 232 p.

_____. **Subprojeto de Educação Patrimonial: Relatório Final**. Florianópolis, Scientia Ambiental / Eletrosul, abril / 2003b, 86 p.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E. e MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999, 65 p.

LANDA, B. S. Educação Patrimonial através de oficinas de arqueologia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 3, Porto Alegre. Associação Nacional de História, 1996, 11p.

MISSETICH, L. & MOORE, M. B. Una experiencia en Educación Patrimonial: reconocemos el valor del Parque Cultural y Natural Cerro Colorado (Córdoba). In: **Educación y Antropología**. Equipo Naya, Edição em CD-ROM, 2001.